

**HERDEIROS DE SALAZAR? O PROJETO POLÍTICO DO *CHEGA* E SEUS POSSÍVEIS ELEMENTOS DE APROXIMAÇÃO E DE AFASTAMENTO DO IDEÁRIO SALAZARISTA (2019-2022)**

***¿LOS HEREDEROS DE SALAZAR? EL PROYECTO POLÍTICO DE CHEGA Y SUS POSIBLES ELEMENTOS DE APROXIMACIÓN Y DE ALEJAMIENTO A LOS IDEALES DE SALAZAR (2019-2022)***

***SALAZAR'S HEIRS? THE POLITICAL PROJECT OF CHEGA AND ITS POSSIBLE ELEMENTS OF APPROXIMATION AND OF DISTANCING TO SALAZAR'S IDEALS (2019-2022)***



Bruno Gazalle CAVICHIOLI<sup>1</sup>  
e-mail: bruno\_cavichioli@hotmail.com



Rafael Alexandre SILVEIRA<sup>2</sup>  
e-mail: rasilveirinha@gmail.com

**Como referenciar este artigo:**

CAVICHIOLI, B. G; SILVEIRA, R. A. Herdeiros de Salazar? O projeto político do *Chega* e seus possíveis elementos de aproximação e de afastamento do ideário salazarista (2019-2022). **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 33, n. 00, e024002, 2024. e-ISSN: 2236-0107. DOI: <https://doi.org/10.14244/tp.v33i00.1057>



| **Submetido em:** 06/07/2023  
| **Revisões requeridas em:** 31/01/2024  
| **Aprovado em:** 11/03/2024  
| **Publicado em:** 17/04/2024

---

**Editora:** Profa. Dra. Simone Diniz  
**Editor Adjunto Executivo:** Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas – RS – Brasil. Doutorando em Ciência Política (UFPel). Mestre em Ciência Política (UFPel).

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas – RS – Brasil. Doutorando em Ciência Política (UFPel). Mestre em Direito e Sociedade pela Universidade La Salle (Unilasalle).

**RESUMO:** O artigo tem por objeto o projeto político do partido português *Chega*, criado em 2019. Versa, ainda, sobre a possível ocorrência de uma relação entre o legado do salazarismo (1933-1968), referente ao período em que António Salazar (1889-1970) comandou Portugal, com a atual plataforma desta agremiação partidária. O objetivo é analisar se existem consideráveis pontos de convergência com os ideais salazaristas que possam representar uma continuidade das políticas encampadas pelo ditador português e o atual projeto do partido, ou se o *Chega* é uma força de extrema-direita sem ligação com o ideário de Salazar. Qualitativo e exploratório, o artigo utilizar-se-á de fontes primárias produzidas pelo partido e de fontes secundárias, como artigos científicos, livros e matérias jornalísticas. A questão que norteia esta investigação é: que elementos permitem considerar o *Chega* como um herdeiro de ideias salazaristas e/ou distanciá-lo desta perspectiva dentro da realidade política portuguesa? Conclui-se, portanto, que o *Chega* não pode ser necessariamente identificado, ao menos no presente momento, como um herdeiro do salazarismo, embora o projeto de revisão constitucional e de reforma do Estado propostos pelo partido remetam diretamente às propostas de Salazar que levaram à criação do Estado Novo e à extensão do regime autoritário em Portugal até o ano de 1974.

**PALAVRAS-CHAVE:** Salazarismo. *Chega*. Projeto Político.

**RESUMEN:** *Este artículo se centra en el proyecto político del partido portugués Chega, fundado en 2019. También explora la posible relación entre el legado del salazarismo (1933-1968), que abarca el período en que António Salazar (1889-1970) lideró Portugal, y la plataforma actual de esta agrupación política. El objetivo es analizar si existen puntos significativos de convergencia con los ideales salazaristas que puedan representar una continuidad de las políticas defendidas por el dictador portugués y el proyecto actual del partido, o si Chega es una fuerza de extrema derecha sin conexión con la ideología de Salazar. Este artículo, de naturaleza cualitativa y exploratoria, se basa en fuentes primarias producidas por el partido y en fuentes secundarias como artículos científicos, libros y noticias periodísticas. La pregunta que guía esta investigación es: ¿Qué elementos permiten considerar a Chega como heredero de las ideas salazaristas y/o alejarlo de esta perspectiva dentro de la realidad política portuguesa? En conclusión, en el momento actual, no se puede identificar necesariamente a Chega como heredero del salazarismo, aunque el proyecto de revisión constitucional y reforma del Estado propuesto por el partido remite directamente a las propuestas de Salazar que llevaron a la creación del Estado Novo y a la extensión del régimen autoritario en Portugal hasta el año 1974.*

**PALABRAS CLAVE:** Salazarismo. *Chega*. Proyecto Político.

**ABSTRACT:** *The article focuses on the political project of the Portuguese party Chega, created in 2019. It also discusses the possible occurrence of a relationship between the legacy of Salazarism (1933-1968), referring to the period when António Salazar (1889-1970) led Portugal, and the current platform of this political association. The objective is to analyze whether there are significant points of convergence with Salazarist ideals that could represent a continuation of the policies embraced by the Portuguese dictator and the current party project, or if Chega is a far-right force with no connection to Salazar's ideology. Qualitative and exploratory, the article will use primary sources produced by the party and secondary sources such as scientific articles, books, and journalistic materials. The question guiding this research is: which elements make it possible to consider Chega as an heir to Salazarist ideas and/or to distance it from this perspective within the Portuguese political reality? We can therefore conclude that Chega cannot necessarily be identified, at least at the present time, as an heir to Salazarism, although the constitutional revision and state reform project proposed by the party refers directly to Salazar's proposals that led to the creation of the Estado Novo and the extension of authoritarian rule in Portugal until 1974.*

**KEYWORDS:** *Salazarism. Chega. Political Project.*

---

## Introdução

Portugal, país da periferia europeia localizado a oeste da Península Ibérica, foi governado, em ditadura, entre os anos de 1926 e 1974. Durante a maior parte desse período, o governo esteve sob comando de António de Oliveira Salazar, professor universitário que, após tomar posse no Ministério das Finanças em 1928, ascendeu até o efetivo comando do país em 1932 e permaneceu no posto até 1968. Muito embora Salazar tenha morrido em 1970, o Estado Novo, regime inaugurado a partir da promulgação da Constituição de 1933, permaneceu vigente em Portugal até 1974, quando foi derrubado no evento conhecido por Revolução dos Cravos. Esse episódio, ainda, foi responsável pelo surgimento da Terceira República Portuguesa, atual período histórico-político do país.

A derrubada do regime, em 25 de abril de 1974, pelas mãos do Movimento das Forças Armadas (MFA), permitiu a condução da Junta de Salvação Nacional (JSN) ao poder. Esse corpo governativo – constituído por militares que participaram direta e indiretamente da Revolução dos Cravos, juntamente com seu sucessor direto, o Conselho da Revolução – conduziu o país durante a transição para o governo civil, consubstanciada com as eleições gerais de 1975 e a promulgação da Constituição de 1976.

Quando da efetivação da transição para a democracia em Portugal, o sistema político-partidário português voltou a florescer. Em 2023, no momento de escrita do presente trabalho,

existem mais de vinte partidos ativos em Portugal, além de vários outros criados e extintos após a Revolução dos Cravos. Embora tenha havido uma tradicional dominação do Partido Socialista (PS) e do Partido Social Democrata (PSD), nas últimas décadas, outros partidos – localizados nos mais diversos âmbitos do espectro político – seguem existindo e lutando por espaço, entre eles, aquele que está no foco da presente análise: o *Chega*.

Esse partido, identificado como uma agremiação de extrema-direita – a despeito de se autodenominar apenas como uma facção de direita – é liderado por André Ventura, professor universitário e deputado da Assembleia da República, cujas declarações públicas usualmente causam controvérsias e geram rechaço por parte de outros atores políticos, principalmente aqueles identificados com a esquerda. O *Chega* foi fundado em 2019, sendo um dos mais recentes partidos em funcionamento em Portugal. Não obstante, a legenda de Ventura experimentou intenso crescimento em sua expressão no sistema político-partidário lusitano: saltou de uma vaga na Assembleia da República para doze entre as eleições de 2019 e 2022, além de possibilitar a Ventura atingir o terceiro lugar na eleição para Presidente da República em 2021.

O comportamento dos quadros políticos do *Chega*, além da sequência de discursos que interpelam a opinião pública, muitas vezes provocando substantivas controvérsias na ambiência democrática do país, levantam dúvidas e põem em relevo o debate sobre a possibilidade de o partido encarnar *legados autoritários*<sup>3</sup> que permaneceram quando da queda da ditadura em Portugal. Nesse sentido, o presente trabalho busca responder ao seguinte questionamento: que elementos permitem considerar o *Chega* como um herdeiro de ideais salazaristas e/ou distanciá-lo desta perspectiva dentro da realidade política portuguesa?

Com efeito, os quarenta e um anos do Estado Novo, aos quais devem ser incluídos os cinco de preparação prévia durante a ditadura capitaneada pelos militares, deixaram profundas marcas na política e na sociedade portuguesas. O presente trabalho objetiva, a partir dessa identificação de reminiscências do autoritarismo português, comparar o partido *Chega*, na atualidade, com os principais elementos do pensamento político de Salazar e do Estado Novo, na tentativa de compreender se houve uma continuidade desses elementos em razão suficiente para determinar que ocorreu o estabelecimento de um legado.

<sup>3</sup> De acordo com Morlino (2012, p. 189), legados autoritários podem ser entendidos a partir de três dimensões, tendo em conta as suas relações presentes em contextos democráticos logo após o término de um regime ditatorial ou autoritário, que, em alguma medida, se fazem permanecer sob vigência: a) conjunto de convicções, valores e atitudes; b) uma ou mais instituições públicas, agências ou simples organizações e c) os comportamentos subsequentes que emanam da relação de (a) com (b).

Empregando metodologia qualitativa e realizando um estudo de caso, o presente trabalho, através da utilização de fontes primárias e secundárias, pretende responder à pergunta de pesquisa por meio de uma comparação entre diferentes períodos temporais do mesmo país, Portugal. O uso de documentos elaborados pelo próprio partido constitui-se enquanto aspecto central na análise, dado que seu cotejo com elementos históricos e políticos do país, contribui para a verificação empírica dos resultados que se pretendem demonstrar, assim como fornece à pesquisa subsídios robustos para a discussão teórica de fundo.

Justifica-se este trabalho por duas razões: 1) o avanço político e eleitoral do *Chega* no último pleito, o que suscita reflexões e análises sobre as causas de seu crescimento não apenas no arco partidário de Portugal, mas também o alcance de sua clivagem social; 2) a ausência de discussões no âmbito científico a respeito de o partido conter características que possam, eventualmente, associá-lo ao regime totalitário salazarista e os impactos políticos e de opinião pública que geram.

O estudo será, para atingir suas finalidades, dividido da seguinte forma: primeiramente, serão apresentadas a conjuntura que permitiu a ascensão de Salazar e a formação do Estado Novo, além das principais características do regime. Em segundo lugar, será exposta a reformulação do sistema político-partidário posterior à Revolução dos Cravos. Ademais, far-se-á um levantamento do percurso histórico-político e da plataforma política do *Chega*. Na sequência, recolhidas as informações necessárias nos passos anteriores, será efetuada uma comparação direta entre elementos do pensamento salazarista, do Estado Novo e da plataforma política do *Chega* para verificar se é possível determinar a existência de uma continuidade ideológica e de manutenção do ideário salazarista. Por derradeiro, serão dispostas as considerações finais.

## **O ditador das finanças e o Estado Novo: a emergência do regime e suas principais características**

As primeiras décadas do século XX foram um período de grave instabilidade político-social na Península Ibérica<sup>4</sup>. A monarquia portuguesa, no poder desde o século XII, demonstrava sinais de exaustão: o regicídio de 1908 – episódio em que o Rei D. Carlos I e o príncipe herdeiro D. Luís Filipe de Bragança foram assassinados na Praça do Comércio, em Lisboa (Samara; Tavares, 2008; Fraga, 2010) – e a forte rejeição da monarquia pelos principais setores da sociedade portuguesa (Pires, 2017), acabaram por servir de catalisadores para a mudança de regime.

Em 5 de outubro de 1910, um movimento revolucionário organizado por militantes republicanos derrubou a monarquia, instituindo a Primeira República Portuguesa (Farinha, 2012). O novo regime, contudo, para além de herdar os problemas do período monárquico e de sofrer de uma instabilidade política crônica<sup>5</sup> (Almada, 1974; Wheeler, 1978), agravou sua própria situação ao tomar parte nos combates da Primeira Guerra Mundial e ao institucionalizar o anticlericalismo e reprimir a Igreja Católica, então apoiadora da monarquia (Almada, 1974; Wheeler, 1978; Meneses, 2011; Farinha, 2012; Pires, 2017; Cavichioli; Gallo, 2022). O Exército Português, derrotado moral e militarmente, passou então a nutrir um sentimento de revanchismo e conspirar pela derrubada do regime republicano (Matos, 2010; Mota, 2019).

Tal intento foi concretizado em 18 de maio de 1926, quando as forças militares lançaram um golpe de Estado que suprimiu o republicanismo. Após um breve período de governo provisório, foi iniciada a Ditadura Militar (1926-1928), em 28 de maio daquele ano. Em sequência ao golpe de Estado (denominado ‘Revolução Nacional’ por seus responsáveis e apoiadores), os militares governaram o país à revelia da Constituição de 1911 (Almada, 1974; Cruz, 1985; Cunha, 1987; Madureira, 1997).

Também herdeira dos problemas dos regimes anteriores, a ditadura dos militares do 28 de maio acabou em situação precária à semelhança de seus antecessores. Segundo Madureira (1997):

Durante dois anos, de Maio de 1926 a Abril de 1928, o País viu-se confrontado com sucessivas crises, que nada tinham a ver com a tão prometida calma e tranquilidade. Foram dois anos em que se sucederam as

<sup>4</sup> Devido à limitação de páginas do presente artigo, não é possível listar os diversos episódios sintomáticos da referida instabilidade. Para aprofundamento, cf. Cavichioli (2021).

<sup>5</sup> Segundo Wheeler (1978), contabilizando “[...] um total de quarenta e cinco governos, oito eleições gerais e oito presidentes em quinze anos e oito meses, a República Portuguesa foi o regime parlamentar mais instável da Europa ocidental” (p. 865).



tentativas de o conduzir para uma solução democrática, ou para uma solução autoritária. Situação que não permitiu a reforma financeira que era um dos objectivos da Ditadura, nem obviamente a reforma económica. Pelo contrário, os défices atingiram valores bem superiores aos deixados pelos democráticos (Madureira, 1997, p. 19).

Como estratégia de ação em prol da sobrevivência do novo regime, os militares decidiram buscar o equilíbrio econômico e financeiro da nação. Para tanto, procuraram em Coimbra aquele que poderia representar a tábua de salvação da ditadura: um professor da Universidade de Coimbra bastante conhecido nos meios católicos, Salazar (Almada, 1974; Matos, 2010; Meneses, 2011; Leitão, 2019).

Uma combinação de fatores, tão logo ocorrida a posse de Salazar como Ministro das Finanças, causou sua renúncia após poucos dias (Almada, 1974; Meneses, 2011). Com seu retorno à Coimbra, retomando a cátedra universitária, os militares se viram obrigados a chamar para o cargo um membro de suas próprias fileiras: Sinel de Cordes (Matos, 2010; Meneses, 2011).

A falha de Sinel de Cordes<sup>6</sup> em obter um vultuoso empréstimo frente à Sociedade das Nações (Matos, 2010; Silva, 2014; Leitão, 2019), combinada com as críticas que Salazar efetuava ao Ministro das Finanças nos periódicos católicos (Matos, 2010; Meneses, 2011), aprofundou a erosão que os militares – muitos de diferentes facções e que disputavam entre si o comando do regime (Almada, 1974; Madureira, 1997) – sofriam na condução da Ditadura Militar.

A eleição do General Óscar Carmona para a Presidência da República, em 1928, inaugurou o período da Ditadura Nacional (1928-1933) e gerou um segundo – e definitivo – convite para que Salazar assumisse a pasta das finanças. Os militares, nessa oportunidade, aceitaram todas as suas exigências para assumir o cargo e o novo Ministro foi devidamente empossado em 27 de abril de 1928 (Matos, 2010; Meneses, 2011).

Respaldo por uma ditadura sem a qual dificilmente conseguiria levar a cabo suas medidas (Telo, 1994), Salazar assumiu efetivamente o cargo e conduziu uma série de reestruturações, majoritariamente nas finanças, mas também relativas a outros âmbitos que constavam de seus discursos (Salazar, 2016). Já no primeiro ano de exercício do cargo, havia obtido superávit primário, um fato bastante incomum na história das finanças de Portugal durante todo o século anterior (Telo, 1994; Cochicho, 2011).

<sup>6</sup> Almada (1974, p. 98) descreve Sinel de Cordes: “Ideologicamente, é um extremista de direita, partidário da monarquia absoluta. Tecnicamente, isto é, como economista, é uma nulidade completa”.

O trabalho de Salazar frente ao Ministério das Finanças, sua contínua popularidade na imprensa (Matos, 2010) e a criação da União Nacional<sup>7</sup> (1930), que funcionaria como partido único<sup>8</sup>, fortaleceram seu nome perante o governo e a construção do mito de Salazar (Cochicho, 2011). A queda de Domingos de Oliveira, Presidente do Conselho de Ministros, oportunizou um convite de Carmona para formar governo.

Salazar assumiu a Presidência do Conselho de Ministros em 5 de julho de 1932, sendo o primeiro civil a tomar posse nesse cargo desde o golpe de 1926 (Paço, 2008), mas ainda possuía um objetivo a cumprir: era essencial, para atingir seus objetivos políticos, que reconfigurasse o pacto político português. Esse esforço seria concretizado por meio da promulgação de uma nova Constituição que permitisse obter uma ordem política estável e duradoura (Pinto, 2010; Meneses, 2011; Salazar, 2016).

A Constituição de 1933, cujos primeiros estudos e debates iniciaram ainda em meados de 1930, representou o pináculo da obra de Salazar. Segundo Santos (2018, p. 178), “a dificuldade em satisfazer as aspirações das diferentes forças políticas exigiu que se encontrasse um elemento de homogeneidade capaz de ser partilhado, o qual se pode dizer que recaiu em uma concepção organicista de Estado”. O corporativismo<sup>9</sup>, defendido por Salazar, abarcou as diferentes correntes ideológicas que formavam a base de apoio do regime (Santos, 2018; Cavichioli, 2021).

Com a nova carta política portuguesa, nasceu, também, o Estado Novo. Esse novo regime, tal como descrito por Cardoso e Santos (2013, p. 03), “caracterizou-se pelo seu conservadorismo tradicionalista, católico, nacionalista e imperialista”. Outras características do Estado Novo incluíam: corporativismo, monopartidarismo, autoritarismo, autocracia, anticomunismo, antiliberalismo e antidemocrático (Sanfey, 2003; Ancaias, 2004; Lopes, 2017; Cavichioli; Gallo, 2021).

---

<sup>7</sup> Segundo António Costa Pinto (2016, p.215), a União Nacional pode ser definida como “um típico partido criado a partir de cima, visando monopolizar a representação política e para ele canalizar e neutralizar o amplo e contraditório bloco de apoio à ditadura”.

<sup>8</sup> Os partidos políticos não foram proibidos em Portugal, mas sim submetidos a um óbice intransponível: sua fundação e seu funcionamento dependiam da autorização do governo (Caldeira, 1986).

<sup>9</sup> O corporativismo é definido por Costa Pinto (2018) como “[...] um dos mais poderosos modelos autoritários de representação social e política da primeira metade do século XX” (p. 192). Apresentou-se, também, como “um modelo alternativo ao capitalismo liberal e ao socialismo, ou seja, pretensamente apresentando uma “terceira via” na forma como se dariam e seriam conduzidas as relações Estado-sociedade, [...] um modelo inspirado na doutrina social da Igreja Católica, difundida a partir do final do século XIX” (Cavichioli; Gallo, 2021).



## **A redemocratização portuguesa e a estrutura partidária do pós-ditadura à atualidade: o *chega* como novidade no sistema político**

Com o encerramento do Estado Novo após a Revolução dos Cravos, ocorreu um impacto significativo na nova conjuntura político-social em Portugal. O grande marco deste período foi a emergência da Constituição de 1976, que estabeleceu uma série de direitos civis e políticos, bem como um extenso rol de direitos sociais. De maneira simultânea, a posterior reforma constitucional de 1982 reforçou os aspectos de fragmentação do sistema político partidário que se seguiu de forma ininterrupta até os dias presentes.

Durante a formação do regime democrático português (1976-1985), o sistema multipartidário foi dividido em quatro partidos relevantes: o Partido Socialista (PS), o Partido Comunista Português (PCP) – alinhados à esquerda; e os partidos PPD/PSD (Partido Social Democrático) e CDS/PP (Centro Democrático Social – Partido Popular), com identificação ao centro e à direita. Entre os anos de 1980 e 1990, a inconsistência ideológica contribuiu para a baixa lealdade do eleitorado e o favorecimento da volatilidade partidária (Lobo, 1995). De fato, a polarização entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrático se constituiu, em boa medida, pela capacidade de ambos em exercer o controle junto às instituições e pelo grau de maximização no uso de recursos estatais colocados à disposição.

O que tem se verificado, a partir de então e a par da existência de vários partidos de inspiração revolucionária e outros mais à direita, mais ou menos liberais, é a baixíssima expressão política dessas agremiações junto à sociedade portuguesa, o que denota a incapacidade em desenvolver estratégias que lhes permitam competitividade eleitoral e sobrevivência institucional. Contudo, a atualidade política em Portugal tem se notabilizado pelo crescimento de partidos de extrema-direita, sobretudo após a fundação do *Ergue-te*, de caráter nacionalista e nascido do Partido Nacional Renovador, sob a liderança de José Pinto Coelho e de reduzida relevância eleitoral.

É nesse contexto que surgiu o *Chega*, objeto deste trabalho, como uma força política em ascensão desde as eleições para o Parlamento Europeu, quando concorreu por uma coligação denominada *Basta!* embora, naquela ocasião, não tivesse obtido sucesso. Hoje, por sua vez, o *Chega* conta com uma significativa relevância na atual conjuntura e se constitui como uma expressão política oriunda de um cenário internacional favorável ao surgimento de extremas-direitas com ampla penetração social. Para Forti (2023), este partido obedece a uma lógica corrente na política portuguesa, na medida em que foi fruto de cisões da direita tradicional com

características intermediárias de liberalismo conservador que se radicalizaram até sua conversão em partido de ultradireita.

Nos últimos anos, é crescente a literatura sobre as chamadas “novas direitas”, dadas as variáveis indicadoras que apontam, fundamentalmente, para as crises democráticas e a emergência de fenômenos políticos ligados ao retorno do fascismo ou mesmo de suas mutações histórico-políticas (Camus; Lebourg, 2017; Stanley, 2019; Mudde, 2021). Essas análises centram suas perspectivas na capacidade destes movimentos em construir identidades nacionalistas como alicerce para novas expressões autoritárias e xenófobas, participando da política de diferentes maneiras. Trata-se, portanto, de se ter em conta que essas forças políticas são marginais e que se alavancaram para marchar junto às novas direitas e formar com elas um campo mais amplo de ultradireita (Sahuja; López Burian, 2023).

Assim, tal como apontam Sahuja e López Burian (2023), considera-se, na perspectiva deste trabalho, oportuno entendê-lo como um partido de direita neopatriota, em função de suas condições fundacionais a seguir elencadas: a) inserção a um ciclo global de contestação à democracia liberal e à ordem liberal internacional; b) a adoção de narrativas *anti-establishment*; c) culto ao nacionalismo e rechaço ao globalismo; d) afeição a teorias conspiratórias, conjugada com uma retórica populista; e) importância à ordem e à hierarquia; f) questionamento às formas tradicionais de mediação e de representação políticas.

É o que pode ser visto, em alguma medida, na formação política do *Chega*, pois André Ventura, seu líder e principal expoente, reúne, enquanto perfil político em sua trajetória, elementos advindos da militância política tradicional ao centralismo decisório autocrático e messiânico. Ex-vereador junto à Câmara Municipal de Loures nas eleições autárquicas em 2017, Ventura integrou os quadros do PSD, desfilando-se em 2018 para fundar o *Chega* em abril de 2019. Advogado, professor universitário, ex-comentarista esportivo e de tendências liberais em termos econômicos, autodeclara-se nacionalista conservador, possuindo um forte cunho religioso desde a infância. Pertencente a uma família de pequenos burgueses, quando adolescente, Ventura ingressou na Juventude Social Democrata (JSD) do PSD, tendo uma formação muito marcada pelas conflituosidades do ambiente social em que vivia. Cresceu junto a pessoas de diferentes etnias, de classe social média-baixa e baixa, numa selva de prédios, muitos deles degradados, o que já o identificava como próximo a uma chamada *direita de base popular* (Marchi, 2020). Além disso, sua prática política, já como liderança cardeal, tem sido corrente em desferir críticas pesadas contra o descontrole migratório, principalmente ao povo

cigano e aos muçulmanos, inclusive, colocando-se em contrariedade à entrada desses grupos no partido.

O *Chega* é composto por um núcleo duro de lideranças<sup>10</sup> originárias em segmentos variados dentro da direita portuguesa, que vão desde o pertencimento, em algum momento, a grupos políticos ligados a partidos tradicionais até quadros identificados com ideologias radicais e extremistas. Nesse aspecto, o *Chega* revela-se como um agrupamento ainda mais à direita de outras agremiações e com feições fascistas que o distanciam do enquadramento democrático-liberal, uma vez que a Constituição portuguesa, em seu artigo 46, item 4, proíbe expressamente a existência de facções desta natureza. Sua base eleitoral advém sobretudo do distrito de Portalegre, cujo percentual importante de votos do *Chega* nas eleições rendeu ao partido um número expressivo de assentos parlamentares na Assembleia da República.

Entretanto, o seu crescimento político-eleitoral não significou apenas ares de mudança e de novidade no sistema partidário, ao contrário, sua aparição revela dificuldades com as quais o *Chega* lida para se consolidar como força política legítima. A própria legalização enfrenta uma série de acusações de fraudes em assinaturas e de outros crimes, correndo o processo em sigilo de justiça no Tribunal Constitucional do país. Outro aspecto que ilustra esta série de problemas diz respeito à chamada “purga”, episódio em que André Ventura viu-se obrigado, diante das repercussões e da pressão interna, a identificar e a expulsar dois militantes acusados de ligação com movimentos supremacistas brancos da Ku Klux Klan (KKK) estadunidense, em agosto de 2020<sup>11</sup>. Os ruídos e os conflitos internos se aprofundaram quando da chamada Convenção de Évora, principal evento do partido e que marcou a auto demissão de vários líderes partidários, sob acusações de infiltrações obscuras, de gravações clandestinas e de rusgas pessoais entre membros do *Chega*.

---

<sup>10</sup> Além do próprio André Ventura, o *Chega* tem líderes que comandam vários distritos de Portugal, porém, é oportuno destacar algumas figuras centrais do partido: Diogo Pacheco de Amorim, atual deputado pelo partido e segundo quadro importante na escala partidária, bem como os demais deputados que ocupam assento na Assembleia da República. São eles: Bruno Nunes, Filipe Melo, Gabriel Ribeiro, Jorge Galveias, Pedro Frazão, Pedro Pessanha, Pedro Pinto, Rita Maria Matias, Rui Afonso e Rui Paulo Sousa. Também importante mencionar alguns nomes que ajudaram a fundar o partido e que hoje não pertencem mais a seus quadros: Jorge Castela, um dos ideólogos e José Lourenço, polêmico ex-líder da distrital do Porto, com histórico de conflitos internos, inclusive contra o próprio André Ventura. Além disso, outros nomes que já integraram partidos extremistas, caso do Nova Ordem Social, tais como Luís Graça e Mário Machado.

<sup>11</sup> Esses episódios e outros podem ser conhecidos a partir do documentário jornalístico “A grande ilusão: o esqueleto saiu do armário” de Pedro Coelho, José Silva e Andrés Gutierrez, projeto apoiado pela Bolsa de Jornalismo de Investigação da Fundação Calouste Gulbenkian. Consultar matéria em SIC Notícias: <https://sicnoticias.pt/programas/reportagem/sic/2021-04-01-A-Grande-Ilusao-o-esqueleto-saiu-do-armario-dce84b86>.

Convém ressaltar que determinadas posições políticas de seu principal líder – André Ventura – contra minorias, a hostilidade a adversários, a movimentos antirracistas e gestos a saudações fascistas contradizem as declarações selecionadas a partir do próprio círculo de amizade pessoal ou partidária (Silva, 2020).

O Chega é o espectro fascista que assombra a democracia portuguesa à medida que avança para os setores mais empobrecidos da população com seu programa conservador, autoritário, nacionalista e ultraliberal. Constrói sua influência ideológica com um discurso dirigido contra a esquerda para deslegitimar os governos da III República e se apresenta como alternativa. Daí as propostas de castração química, prisão perpétua, proibição do casamento homoafetivo, além de uma cruzada política e religiosa contra os direitos das mulheres e dos grupos LGBTI, representarem um grande retrocesso civilizatório. E, claro, o combate aos direitos políticos e sociais conquistados com a revolução democrática nas décadas que se seguiram (Silva, 2020, p. 389).

Esta prática política revela uma particularidade que expõe o *Chega*, à semelhança de seus símiles da extrema-direita europeia, a algum grau de proximidade com as ditaduras do passado, visto que esses agrupamentos são objeto de crítica, ao argumento de conter traços autoritários em sua plataforma e em suas ações políticas, que podem despontar enquanto legado no presente. Assim, questiona-se até que ponto estes partidos herdaram elementos dos antigos regimes totalitários do século XX, em especial, no caso do *Chega*, do ideal de Salazar.

Desse modo, compreender as características, as peculiaridades do partido em questão e seus possíveis elementos de conexão com o ideário salazarista implica analisar seu programa partidário, suas ideias centrais e seus princípios norteadores, não apenas do ponto de vista formal-programático, mas também de suas ações políticas que precisam ser desveladas. É o que será abordado na próxima seção.

## O *chega* e seu projeto político: aproximações e distanciamentos do ideário salazarista

Para responder ao questionamento que ancora o presente artigo, serão analisados quatro documentos oficiais<sup>12</sup> presentes no site oficial do *Chega*: a Declaração de Princípios e Fins (DPF); o Manifesto Político Fundador (MPF); o Manifesto para a Europa (ME) e o Programa Político 2021 (PP). Esses documentos, em detrimento de outros<sup>13</sup>, foram escolhidos por divulgarem o posicionamento e o projeto político do partido de forma mais ampla, ainda que não superficial. Antes, porém, convém ressaltar que este estudo<sup>14</sup> está calcado em investigação e análise interpretativas divididas em abordagem descritiva e analítica do caso do *Chega*.

Assim, a opção pela investigação interpretativa, com o foco centrado em significações que os atores atribuem a um fenômeno político determinado, revela-se justificada para a análise e desenvolvimento do texto. Essa investigação tem por finalidade colocar interesse central no significado, na exposição e na elucidação por parte do investigador (Erickson, 1986). Sua distinção em relação aos demais métodos consiste em orientar a depuração de pontos de vista relacionados ao objeto selecionado para a observação. Para Erickson (1986), o que caracteriza um estudo interpretativo, com o qual se pretende com o presente artigo, é o foco substantivo e a intenção, e não uma questão de procedimentos, apenas, para a recolha de dados.

Nesta pesquisa, foi realizado o método de *triangulação*, cuja essência possibilitou a confrontação de informações provenientes de fontes diversas (Erickson, 1986). Ou seja, houve o cotejo de interpretações sustentado teoricamente junto às informações disponíveis e divulgadas na imprensa, para, assim, reforçar a integridade e a fidedignidade da interpretação realizada, além do próprio material empírico disponibilizado publicamente pelo partido. Este estudo qualitativo com vistas a responder uma questão de natureza explicativa tem um aspecto

---

<sup>12</sup> As siglas utilizadas em conjunto com cada um dos documentos citados foram criadas apenas para os fins da presente análise, não significando, necessariamente, a ocorrência de sua adoção ou não pelo *Chega*.

<sup>13</sup> Também estão disponíveis no site oficial do *Chega* dois outros documentos: o *Plano de Salvação Nacional*, o *Projecto de Revisão Constitucional* e o *Programa Identity and Democracy Party (ID-Party)*. Esses pontos, citados nos outros documentos analisados, não serão abordados de forma detalhada por razão de limitação de páginas.

<sup>14</sup> Busca-se, neste artigo, identificar o conteúdo das preferências políticas do *Chega* e discuti-las analiticamente em um contexto de crescimento eleitoral das extremas-direitas no mundo. A escolha metodológica aqui empregada diferencia-se do modelo seminal realizado pelo *Research Group* (Budge *et al.*, 2001; Volkens, 2001), em que foi aplicado uma análise de conteúdo para investigar manifestos partidários de várias agremiações. Trata-se, em resumo, de acordo com essa proposta, de uma listagem de categorias para classificação das frações de texto e da proposição de uma escala esquerda-direita a partir da seleção de alguns elementos, geralmente encontrados em diversas democracias ao redor do mundo. Este esquema de categorizações foi se aperfeiçoando ao longo do tempo, conforme demonstram Budge, Robertson e Heal (1987), Laver and Budge (1992), Klingemann, Hobberbert e Budge (1994), Budge *et al.* (2001) e Klingemann *et al.* (2006). Em virtude da limitação de espaço, optou-se por fazer menção a estas pesquisas, sem adentrar em pormenores, haja vista que a metodologia empregada na investigação sobre o *Chega* diz respeito a uma abordagem analítico-interpretativa, o que a diferencia do método de análise de manifestos partidários desenvolvido pelos autores citados.

relevante e inerente a esta modalidade de investigação: a interpretação no contexto (Merriam, 1988), já que, para estudar as práticas de um partido político, é imprescindível considerar o contexto no qual está inserido.

A dimensão analítica, para se realizar, necessita de uma descrição densa e detalhada sobre particularidades do fenômeno em estudo, o que inclui o desenvolvimento de categorias conceituais que contribuem para ilustrar, explicar e desafiar pressupostos histórica e teoricamente colocados. Desse modo, os critérios objetivos que orientam a presente investigação dizem respeito às posições que o *Chega* têm adotado na esfera pública desde a sua fundação, suas relações com o sistema político e a sociedade, a sua doutrina política divulgada e posta em prática e o modelo econômico defendido. Tais elementos são vitais para avaliar os resultados encontrados e como esses dialogam com o conjunto formal da pesquisa, isto é, o problema em questão, a metodologia escolhida, os objetivos delimitados e o paralelo teoricamente orientado.

Nesse sentido, o processo analítico foi dividido em duas fases: na primeira, por intermédio de um modelo interativo, foi realizada a recolha e a análise sobre os primeiros dados, entre os quais, matérias na imprensa, documentos do partido (manifesto, programa e dados constantes na plataforma partidária) e referências bibliográficas; na segunda, tratou-se de um procedimento exclusivamente analítico, baseado, sobretudo, nos documentos do *Chega*. De maneira intuitiva e localizada, o tratamento dos dados versou sobre as possíveis relações e aproximações com o salazarismo e a definição das categorias de análise, orientadas pelo referencial histórico e teórico, nomeadas por eixos analíticos que abordam os posicionamentos ideológicos do partido.

A análise supracitada, em especial no que se refere aos documentos, é constituída de três eixos principais: o eixo moral, o eixo econômico e o eixo político-estrutural. No primeiro eixo, relativo à moralidade, serão investigados os elementos de conservadorismo social e tradicionalismo, o ultranacionalismo, a pauta de costumes, a preponderância da família como elemento social estruturador e o conservadorismo religioso. No segundo eixo, relativo à economia, será analisada a matriz filosófico-econômica proposta pelo *Chega*. No terceiro e último eixo, será investigado o elemento político-estrutural do partido, incluindo sua retórica anticomunista/antiesquerda, sua defesa ou não de elementos de caráter corporativista, seu isolacionismo no contexto europeu e global e suas propostas de reestruturação do Estado e de revisão constitucional.



Relativamente ao eixo moral da presente análise, tem-se que os documentos permitem entender que o projeto político do *Chega* perpassa por conservadorismo social e tradicionalismo, ultranacionalismo, pauta de costumes e preponderância da família. Em pelo menos duas ocasiões<sup>15</sup>, o *Chega* efetua uma apresentação de si próprio como ‘de direita, conservador, reformista, liberal e nacionalista’ (Chega, 2021).

Não foram encontrados elementos que permitam inferir a existência de um conservadorismo religioso no *Chega*, apenas menções à tradição cristã portuguesa<sup>16</sup> e à concordância com uma encíclica papal relativa ao sistema econômico. Essa concordância consta do item 74 do Programa Político 2021 do *Chega*, referindo-se à encíclica papal *Centesimus Annus* (1991), de autoria do Papa João Paulo II (Chega, 2021). Essa utilização de encíclicas papais pelo *Chega*, no entanto, embora também constituísse prática comum a Salazar (Simpson, 2014), possui natureza diversa entre os fenômenos comparados. Salazar utilizou duas encíclicas papais, em especial a *Rerum Novarum* (1891), para lastrear a aplicação de partes da Doutrina Social da Igreja durante seu governo. O *Chega*, por outro lado, apenas menciona essa forma de comunicação da Igreja Católica como justificativa para o capitalismo<sup>17</sup>.

Dessa maneira, a presença dos elementos nos documentos analisados é demonstrada da seguinte forma:

**Tabela 1** - Análise do eixo moral no projeto político do Chega

Eixo moral	Declaração de princípios e fins	Manifesto político fundador	Manifesto para a Europa	Programa político 2021
Conservadorismo social e tradicionalismo	Presente	Presente	Presente	Presente
Ultranacionalismo	Ausente	Presente	Presente	Presente
Pauta de costumes	Ausente	Presente	Presente	Presente
Preponderância da família	Ausente	Ausente	Presente	Presente
Conservadorismo religioso	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente

Fonte: Elaboração própria dos autores com base nos documentos partidários oficiais obtidos no site do Chega

<sup>15</sup> Itens 13-17 do Programa Político 2021 e primeiro ponto argumentativo do Manifesto Político Fundador.

<sup>16</sup> Essas referências são encontradas na Declaração de Princípios e Fins (item 2), Manifesto Político Fundador (parágrafo 10º) e Programa Político 2012 (itens 1 e 74).

<sup>17</sup> A encíclica, embora alheia ao tema do presente artigo, tem seu principal foco argumentativo na denúncia dos governos de caráter socialista e na tentativa de defender aspectos do capitalismo/ liberalismo que não conflitassem com a ideia católica de dignidade da pessoa humana e do trabalhador. Para aprofundamento, v. João Paulo II (1991).

A investigação do eixo econômico apresentou o ponto de maior afastamento entre o projeto político do *Chega* e aquele originalmente defendido e aplicado por Salazar. O partido de André Ventura subscreve explicitamente o liberalismo econômico<sup>18</sup> (*Chega*, 2021), enquanto o regime encabeçado por Salazar o rejeitava com a mesma veemência<sup>19</sup> (*Salazar*, 2016).

Embora ambos defendam, dentro dos limites de suas linhas econômicas, um ‘Estado pessoa de bem’<sup>20</sup> (*Salazar*, 2016; *Chega*, 2021), divergem, em certa medida, do papel do Estado na organização da economia, o que, por sua vez, decorre da própria diferença do Estado corporativista como “[...] dirigente e coordenador dos esforços individuais [...]” (*Salazar*, 2016, p. 67) e do Estado mínimo<sup>21</sup> que “[...] favorece o mercado e a iniciativa privada sobre o Estado e a iniciativa pública” (*Chega*, 2021<sup>22</sup>).

O terceiro e último eixo analisado, o eixo político-estrutural do *Chega*, será escrutinado para revelar a existência ou não de uma retórica anticomunista/antiesquerda, uma promoção de elementos de caráter corporativista<sup>23</sup>, de isolacionismo no contexto europeu e global e de propostas de reestruturação do Estado e de revisão constitucional.

Ao tempo que a retórica anticomunista/antiesquerda é exposta em três dos documentos analisados<sup>24</sup>, em terminologias diversas, elementos típicos do corporativismo e de isolacionismo no contexto europeu e global não foram encontrados. A despeito de defender aspectos institucionais de autoridade e de hierarquia<sup>25</sup> – elementos constituintes, também, do

---

<sup>18</sup> A defesa do liberalismo econômico consta nos quatro documentos analisados, mas é mais explicitado – até mesmo em sua base teórica – no Programa Político do *Chega*. De acordo com este documento: “O CHEGA é liberal. Porque o mercado promove melhor a economia do que o Estado, mas não menos porque a crítica social livre promove melhor a Sociedade que o Estado. O ideal da mão invisível, de Adam Smith (1759/1776), representa a defesa do mercado livre de ideias tão fundamental à autorregulação da sociedade, quanto o mercado livre de bens e serviços é fundamental à autorregulação da economia” (*Chega*, 2021). Na Declaração de Princípios e Fins e no Manifesto Político Fundador ocorre a defesa de um Estado mínimo.

<sup>19</sup> “O liberalismo como grande princípio orientador da economia nacional ou internacional e a confiança na sua virtude para uma espécie de ordenamento espontâneo da vida económica morreram: os acontecimentos estão procedendo ao seu enterro, por não haver esperanças de ressuscitar” (*Salazar*, 2016, p. 500).

<sup>20</sup> O termo ‘Estado pessoa de bem’, da forma como foi apresentado, é utilizado *ipsis litteris* tanto nos escritos de Salazar quanto no Programa Político 2021 do *Chega* (*Salazar*, 2016; *Chega*, 2021).

<sup>21</sup> Cumpre ressaltar, todavia, que o *Chega* ressalva a atuação mais intensa do Estado durante – e apenas durante o período de duração – as crises sociais (Programa Político 2021, item 90).

<sup>22</sup> Item 71 do Programa Político 2021. Documento não paginado.

<sup>23</sup> “Constituído como um modelo alternativo ao capitalismo liberal e ao socialismo, ou seja, pretensamente apresentando uma “terceira via” na forma como se dariam e seriam conduzidas as relações Estado-sociedade, o corporativismo foi um modelo inspirado na doutrina social da Igreja Católica, difundida a partir do final do século XIX [...]. Enquanto uma alternativa política, necessitava de um Estado forte, capaz de controlar e conduzir projetos de modernização alinhados a interesses de grupos que seriam representados por “corporações” organizadas fora das instâncias representativas tradicionalmente defendidas pelo modelo de democracia liberal” (*Cavichioli; Gallo*, 2022).

<sup>24</sup> Manifesto Político Fundador (parágrafos 14 e 33), Manifesto para a Europa (parágrafo 10) e Programa Político 2021 (itens 5, 13, 15, 36, 70, 72, 79).

<sup>25</sup> Programa Político 2021 (itens 10, 12 e 19).

corporativismo levado a cabo por Salazar – e de defender a soberania portuguesa em detrimento da União Europeia e outras entidades<sup>26</sup>, seria impossível, por ausência de mais elementos caracterizadores, conceituar o projeto político do *Chega* como corporativista ou isolacionista<sup>27</sup>.

O último aspecto investigado no presente eixo, a existência ou não de propostas de reestruturação do Estado e de revisão constitucional, demonstrou uma intensa atividade, no seio do projeto político do *Chega*, em efetuar tais mudanças<sup>28</sup>. Segundo o Manifesto Político Fundador:

O CHEGA não é, nem nunca será apenas “mais um” partido a integrar o sistema político que nos asfixia, mas trás consigo um núcleo de valores indispensável para a inversão do estado de decadência e degradação a que o regime democrático português chegou. O CHEGA não é o colete de salvação da III República. Pelo contrário, o CHEGA trás, consigo, a IV República, tutelando uma Nação assente numa Constituição ideologicamente neutra, no primado de um Estado de Direito forte assente sobre o império da Lei e inflexível na exigência da limitação e separação de poderes e, por fim mas não em último, no fim da ditadura dos grupos de interesse, das elites, das minorias e da sua impunidade, tudo aquilo até onde nos trouxe a III República (*Chega, s.d.*).

Não obstante defender a democracia<sup>29</sup> em determinados trechos dos documentos que produziu, a retórica do *Chega* de necessidade de reforma constitucional e de reestruturação do Estado remetem<sup>30</sup> ao caminho efetuado por Salazar (Cavichioli, 2021) para a consolidação do Estado Novo (1933-1974).

A investigação da presença dos elementos do eixo político-estrutural nos documentos analisados é demonstrada da seguinte forma:

---

<sup>26</sup> Manifesto para a Europa e Programa Político 2021 (itens 33, 35, 58)

<sup>27</sup> Esse aspecto de negação do isolacionismo é reforçado no Manifesto Político Fundador (parágrafo 2).

<sup>28</sup> Entre os documentos que deixaram de ser analisados existe o *Projecto de Revisão Constitucional n.º. 1/XV/1ª* (*Chega, 2022*).

<sup>29</sup> O *Chega* não aprofunda, nos documentos analisados, seu conceito de ‘democracia’. Por este motivo, é impossível afirmar que o conceito defendido no projeto político do partido constitui o mesmo sentido dado por outras agremiações políticas do cenário português.

<sup>30</sup> Cabe salientar que, para além das conjunturas de Salazar e do *Chega* quando da propositura dessas alterações, o projeto apresentado pelo partido de André Ventura visa mais uma ‘neutralização’ ideológica enquanto o de Salazar visava a estruturação necessária para um Estado corporativista (Cavichioli, 2021).

**Tabela 2** - Análise do eixo político-estrutural no projeto político do *Chega*

Eixo político-estrutural	Declaração de princípios e fins	Manifesto político fundador	Manifesto para a Europa	Programa político 2021
Retórica anticomunista/antiesquerda	Ausente	Presente	Presente	Presente
Elementos corporativistas	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente
Isolacionismo	Ausente	Ausente	Ausente	Ausente
Propostas de reestruturação do Estado e revisão constitucional	Ausente	Presente	Ausente	Ausente

Fonte: Elaboração própria dos autores com base nos documentos partidários oficiais obtidos no site do *Chega*

Como principais distanciamentos – não incluídos nos eixos de análise anteriores – entre o projeto político do *Chega* e o regime de Salazar, devem ser ressaltados: a) as conjunturas de surgimento desses dois movimentos (Salazar surge em meio a uma ditadura constituída e o *Chega* surge em meio a uma democracia consolidada), b) a função do partido (para Salazar a União Nacional era uma mera burocracia estatal e, no caso do *Chega*, a agremiação partidária é essencial para disputar o poder no cenário político) e c) a preocupação com os fenômenos migratórios/imigratórios, uma vez que o *Chega* pauta parte de sua atuação em denunciar a imigração. Para Klingemann *et al.*, 2006, esses aspectos confirmam que o partido ocupa um grau importante na escala do conservadorismo, a partir de ideais nacionalistas, de moralidades tradicionais, de defesa da eficiência administrativa e por desprivilegiar minorias.

### Considerações finais

O presente trabalho teve como proposta estruturadora analisar as aproximações e os distanciamentos entre o projeto político do partido *Chega* e eventuais legados do ideário e do projeto político do regime autoritário que vigorou em Portugal sob comando de Salazar. Foram analisados os principais documentos partidários do *Chega* e seu teor foi comparado às categorias previamente selecionadas para aferir as aproximações e os distanciamentos.

Os pontos de comparação, divididos em três grandes eixos (moral, político-estrutural e econômico), foram divididos em elementos para compreender a ocorrência ou não de similaridades evidentes. Essas semelhanças ocorreram de forma espalhada entre os documentos, abrangendo quase todos os elementos do eixo moral e metade dos elementos do eixo político-estrutural.

O *Chega* apresenta aproximações ao salazarismo em aspectos constantes nos eixos moral e político-estrutural, com especial ênfase para a proposta de alteração constitucional e

criação da IV República. Aproxima-se, também, pela estética de seus líderes (ambos homens, brancos, altamente educados, com histórico seminarista e socialmente conservadores).

Os elementos que não foram encontrados em nenhum dos documentos demonstram relação entre si: corporativismo e isolacionismo (eixo político-estrutural) e o próprio eixo econômico. Considera-se a posição economicamente liberal defendida pelo *Chega* como fiel à lógica liberal de mercado, rejeitando um Estado corporativista e o isolacionismo da nação. No que tange ao elemento de conservadorismo religioso (eixo moral), também não encontrado nos documentos analisados, a sua ausência pode ser explicada por uma adoção – que não pode, por si, necessariamente, ser chamada de legado – de estratégia semelhante por parte de Salazar: reconhecer a importância da Igreja Católica e ceder espaços de trabalho para essas instituições sem, todavia, permitir sua intromissão nos assuntos de governo e de Estado<sup>31</sup>. A maior parte dos afastamentos discursivos também podem ser explicados, para além da posição economicamente liberal, como uma adaptação à conjuntura atual do que propriamente uma rejeição explícita aos preceitos do Estado Novo. Essa hipótese parece ser, ao menos parcialmente, reforçada por declarações públicas de atores políticos de destaque pertencentes ao partido, em que a imagem de Salazar é exaltada ou, de qualquer outra maneira, afirmada de forma positiva.

Em síntese, com exceção dos elementos que contrastam com a visão economicamente liberal do *Chega* e dos elementos relativos ao conservadorismo religioso, todos os outros elementos elencados a título de comparação demonstram um certo grau de aproximação do projeto político do partido de André Ventura com preceitos defendidos por Salazar durante seu governo. Essas aproximações, entretanto, não se apresentam em número ou profundidade suficiente para afirmar indubitavelmente que o *Chega* está seguindo um legado de Salazar ou que permita denominar o partido de ‘neosalazarista’. Conclui-se, portanto, que o *Chega* não pode ser necessariamente identificado, ao menos no presente momento, como um herdeiro do salazarismo. Outrossim, dado seu crescimento eleitoral recente e a proximidade com o partido espanhol de extrema-direita *Vox*, estudos futuros devem continuar a ser conduzidos para aferir se as proximidades demonstradas no presente trabalho foram aprofundadas ou não.

Não obstante, à guisa de conclusão, é oportuno ressaltar que os aspectos relacionados aos elementos de proximidade entre esses objetos de análise permitem, sim, vislumbrar que os projetos de revisão constitucional e de reforma do Estado propostos pelo *Chega* remetem diretamente às propostas de Salazar que levaram à criação do Estado Novo e à extensão do

<sup>31</sup> Para aprofundamento, cf. Cavichioli e Gallo (2022).

regime autoritário em Portugal até o ano de 1974. Todavia, o projeto político do partido não pode ser tomado isoladamente como indicativo de uma tentativa de implantação de um regime autoritário ao estilo do Estado Novo de Salazar ou mesmo de quaisquer outras formas de autoritarismo. Cumpre afirmar, ainda assim, que a democracia portuguesa, suas instituições e determinados segmentos sociais são confrontados diante de determinadas “heranças” de um passado autoritário presentes em certas práticas, discursos e proposições políticas levadas a cabo por atores políticos relevantes. Há mecanismos para neutralizá-los, o que não significa subestimar sua capacidade de mobilização e de alcance político e social, perante o conjunto dos poderes instituídos e do espectro partidário. É algo a ser observado na conjuntura dos próximos anos.

Por fim, destaca-se a importância deste tipo de enfoque para a produção do conhecimento da Ciência Política que cuida da análise de partidos políticos do campo da direita e seus usos de mecanismos que possam remeter a legados autoritários, notadamente em países que experimentaram ditaduras ou regimes autoritários. Assim, este estudo coloca-se como uma breve contribuição para que (novas) agendas de pesquisa possam ser desenvolvidas e que validem ou contraponham os argumentos aqui apresentados.

## REFERÊNCIAS

ALMADA, J. **Grandes personagens de todos os tempos: Salazar**. São Paulo: Editora Três, 1974.

ANCIAES, S. L. J. **A Revolução dos Cravos e a adoção da opção europeia da política externa portuguesa**. 2004. 119 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.5494>. Acesso em: 16 maio 2023.

BUDGE, I; ROBERTSON, D.; HEARL, D. **Ideology, strategy, and party change: Spatial analyses of post-war election programmes in 19 democracies**. New York: Cambridge University Press, 1987.

BUDGE, I. Experts Judgments of Party Policy Positions: Uses and limitations in political research. **European Journal of Political Research**, Essex, v. 37, n. 1, p. 103-113, jan. 2000.

BUDGE I.; KLINGEMANN, H-D.; VOLKENS, A.; BARA, J.; TANNENBAUM, E. (ed.). **Mapping policy preferences: Estimates for parties, electors, and governments 1945-1998**. New York: Oxford University Press, 2001.

CALDEIRA, A. M. O partido de Salazar: antecedentes, organização e funções da União Nacional (1926-34). **Análise Social**, v. XXII, n. 94, p. 943-977, 1986. Lisboa: Universidade



de Coimbra, 1986. Disponível em:

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223553909H4gHN7tg9Hb28GI2.pdf>. Acesso em: 16 maio 2023.

CAMUS, J-Y.; LEBOURG, N. **Far-right politics in Europe**. Cambridge: University Press, 2017.

CARDOSO, L. A. F.; SANTOS, J. M. R. Estado Novo português e Estado Novo brasileiro: afinidades e divergências nas relações com o patrimônio arquitetônico (décadas de 1930 e 1940). *In: Anais do Encontro Nacional ArquiMemória 4*, Salvador, p. 1-25, maio 2013. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/20221/1/Acta\\_\\_Estado-Novo\\_VersaoFinal.pdf](https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/20221/1/Acta__Estado-Novo_VersaoFinal.pdf). Acesso em: 16 maio 2023.

CAVICHIOLI, B. G. **A ascensão política de António de Oliveira Salazar (1928–1933): A instrumentalização do medo na gênese do Estado Novo em Portugal**. 2021. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2021.

CAVICHIOLI, B. G.; GALLO, C. A. Entre Deus e o Estado: Salazar, Franco e a Igreja Católica nas ditaduras ibéricas do século XX. **Revista Memória em Rede**, v. 14, n. 27, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/rmr.v14i27>. Acesso em: 16 maio 2023.

CHEGA. **Declaração de Princípios e Fins**. s.d. Disponível em: <https://partidochega.pt/index.php/declaracao-principios/>. Acesso em: 3 jul. 2023.

CHEGA. **Manifesto para a Europa**. s.d. Disponível em: <https://partidochega.pt/index.php/manifesto-para-a-europa/>. Acesso em: 3. jul. 2023.

CHEGA. **Manifesto Político Fundador**. s.d. Disponível em: <https://partidochega.pt/index.php/manifesto/>. Acesso em: 3 jul. 2023.

CHEGA. **Programa Político 2021**. Disponível em: [https://partidochega.pt/index.php/programa\\_politico/](https://partidochega.pt/index.php/programa_politico/). Acesso em: 29 jun. 2023.

CHEGA. **Projecto de Revisão Constitucional nº. 1/XV/1ª**. 2022. Disponível em: <https://partidochega.pt/wp-content/uploads/2022/10/revisao.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2023.

COCHICHO, J. A. C. A contabilidade e a imoralidade no Estado Novo (anos 30 e 40). **Pecunia**, Leon: Universidad de Leon, n. 13, jul./dez. 2011, p. 83–96, 2011. Disponível em: [https://pdfs.semanticscholar.org/08d5/d8d300c8eb8957315444ab17212c4e227cdb.pdf?\\_ga=2.228754325.800946142.1585130242-1927380768.1585130242](https://pdfs.semanticscholar.org/08d5/d8d300c8eb8957315444ab17212c4e227cdb.pdf?_ga=2.228754325.800946142.1585130242-1927380768.1585130242). Acesso em: 14 maio 2023.

COELHO, P.; SILVA, J.; GUTIÉRREZ, A.; COELHO, M.; MATIAS, D. A grande ilusão: o esqueleto saiu do armário. **SIC Notícias**. Disponível em: <https://sicnoticias.pt/programas/reportagem sic/2021-04-01-A-Grande-Ilusao-o-esqueleto-saiu-do-armario-dce84b86>.

COSTA PINTO, A. Corporativismo, ditaduras e representação política autoritária. *In: COSTA PINTO, A.; MARTINHO, F. P (org.). A onda corporativa: corporativismo e*

ditaduras na Europa e na América Latina. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

COSTA PINTO, A. Corporativismo e ditaduras: o salazarismo e o franquismo. *In*: MURARI, L.; MAIA, T. A.; RUGGIERO, A. (org.). **Do Estado à Nação: política e cultura nos regimes ditatoriais dos anos 1930**. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 191-220, 2018.

CRUZ, M. B. A Revolução Nacional de 1926: da Ditadura Militar à Formação do Estado Novo. **Revoltas e Revoluções, Revista de História das Ideias**, n. 7, p. 347-371, 1985. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1985. Disponível em: [https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/45079/1/A\\_revolucao\\_nacional\\_de\\_1926.pdf](https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/45079/1/A_revolucao_nacional_de_1926.pdf). Acesso em: 14 maio 2023.

CUNHA, F. W. A evolução constitucional portuguesa e suas relações com a brasileira. **Revista de Informação Legislativa**, a. 24, n. 96, out./dez/ 1987. Brasília: Senado Federal, 1987. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181797/000433551.pdf?sequence=1>. Acesso em: 14 maio 2023.

ERICKSON, F. **Qualitative methods in Research on Teaching**. New York: Macmillan, 1986.

FARINHA, L. O regime republicano e a Constituição de 1911. Entre a “Ditadura do Legislativo” e a “governança em ditadura”: um equilíbrio difícil. **História Constitucional**, n. 13, p. 597-609, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.17811/hc.v0i13>. Acesso em: 14 maio 2023.

FORTI, S. Afinidades y diferencias: una cartografía de fuerzas y discursos de ultraderecha en Europa. *In*: SANAHUJA, J. A.; STEFANONI, P. (ed.). **Extremas derechas y democracia: perspectivas iberoamericanas**. Madrid: Fundación Carolina, 2023.

FRAGA, L. A. A Carbonária, uma força civil, e os militares: uma reflexão histórica. *In*: **Separata das Actas XIX Colóquio de História Militar («100 Anos de Regime Republicano: Políticas, Rupturas e Continuidades»)**. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2010. 33 p. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/654>. Acesso em: 14 maio 2023.

JOÃO PAULO II, Papa. **Carta Encíclica Centesimus Annus** (No centenário da Rerum Novarum). 1991. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf\\_jp-ii\\_enc\\_01051991\\_centesimus-annus.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_01051991_centesimus-annus.html). Acesso em: 2 jul. 2023.

KLINGEMANN, H-D.; HOFFERBERT, R.; BUDGE, I. **Parties, policies, and democracy**. Boulder: Westview Press, 1994.

KLINGEMANN, H-D., VOLKENS, A.; BARA, J.; BUDGE, I.; MCDONALD, M. D. **Mapping Policy Preferences II: Estimates for parties, electors, and governments in Eastern Europe, European Union and OECD 1990-2003**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

LAVER, M. **Estimating the policy position of political actors**. London: Routledge/ECPR,

2001.

LAVER, M; BUDGE, I. **Party policy and government coalitions**. New York:St. Martin's Press, 1992.

LEITÃO, A. M. **Lutar preciso: exílios, resistências e tensões**. Portugueses antissalazaristas em São Paulo (1945-1974). 2019. 235f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

LOBO, M. C. **A evolução do sistema partidário português à luz de mudanças económicas e políticas (1976-1991)**. Lisboa: Análise Social, 1996.

LOPES, H. F. **Salazarismo: autoritarismo ou fascismo? A união nacional em perspectiva organizacional e comparativa**. Lisboa: Observatório Político, Working Paper n.º. 76, 2017. Disponível em: [http://www.observatoriopolitico.pt%2Fwp-content%2Fuploads%2F2017%2F11%2FWP\\_76\\_HL.pdf&usg=AOvVaw03SUYXmqrynmx10QF4TeQe](http://www.observatoriopolitico.pt%2Fwp-content%2Fuploads%2F2017%2F11%2FWP_76_HL.pdf&usg=AOvVaw03SUYXmqrynmx10QF4TeQe). Acesso em: 16 maio 2023.

MADUREIRA, A. **Antecedentes imediatos do salazarismo**. Publicações Dom Quixote: Lisboa, 1997.

MARCHI, R. **A nova direita anti-sistema: o caso do Chega**. Lisboa: Edições Almedina, 2020.

MATOS, H. **Salazar: A Construção do Mito (1928–1933)**. Lisboa: Temas e Debates, 2010.

MENESES, F. R. **Salazar: Biografia Definitiva**. Lisboa: Leya, 2011.

MERMIAM, S. Case study research in education. *In: A qualitative approach*. Jossey-Bass, 1988.

MORLINO, L. Legados autoritários, política do passado e qualidade da democracia na Europa do Sul. *In: PINTO, A. C.; PALOMANES, F. C. M. (org.). O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MOTA, G. A Batalha de La Lys e a sua história. *In: FREITAS, J. G.; CARDOSO, J. C.; REIS, P. (ed.). A Primeira Guerra Mundial*. Na Batalha de La Lys. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2019.

MUDDE, C. **La ultraderecha hoy**. Barcelona: Paidós, 2021.

PAÇO, A. S. Um certo doutor de Coimbra. *In: PAÇO, A. S. 1926–1932: A ascensão de Salazar*. Coord. António Simões do Paço. Lisboa: PDA, 2008.

PINTO, D. M. G. **Ensaio sobre a evolução política do Estado Novo**. 2010. 129 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) - Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2010. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/61004287.pdf>. Acesso em: 16 maio 2023.

PIRES, A. P. As letras de uma revolução: a implantação da República em Portugal a 5 de outubro de 1910. **Estudos Históricos**, v. 30, n. 61, mai./ago., p. 331-354, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/Z6ZkSnwwH6zc9Q8B3pDsbRC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 maio 2023.

SALAZAR, A. O. **Discursos e notas políticas: 1928 a 1966**. Coimbra: Coimbra Editora, 2016.

SANAHUJA, J. A.; BURIAN, C. L. Las “nuevas derechas” y la ultraderecha neopatriota: conceptos, teoría y debates en el cruce de ideología y globalización. *In*: SANAHUJA, J. A.; STEFANONI, P. (ed.). **Extremas derechas y democracia: perspectivas iberoamericanas**. Madrid: Fundación Carolina, 2023.

SANFEY, M. On Salazar and Salazarism. **Studies: An Irish Quarterly Review**, v. 92, n. 368, p. 405-411, 2003. Dublin: Irish Province of the Society of Jesus, 2003. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/30095666.pdf?seq=1>. Acesso em: 16 maio 2023.

SANTOS, P. B. Na gênese da Constituição Política de 1933: o ideário corporativo e a estrutura econômico-social do autoritarismo português. **Estudos Históricos**, v. 31, n. 64, mai./ago., p. 173-196, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942018000200004>. Acesso em: 16 maio 2023.

SILVA, I. G. **Partido Chega: a extrema-direita fascista em Portugal**. São Paulo: Lutas Sociais, v. 24, n. 45, jul/dez., 2020.

SILVA, P. M. F. Da dívida de guerra ao empréstimo externo: perspectivas dos movimentos políticos e da opinião pública. **Revista Portuguesa de História**, n. 45, p. 53-68, 2014. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014. Disponível em: [https://digitalisdsp.uc.pt/bitstream/10316.2/35356/1/RPH45\\_artigo5.pdf](https://digitalisdsp.uc.pt/bitstream/10316.2/35356/1/RPH45_artigo5.pdf). Acesso em: 14 maio 2023.

SIMPSON, D. **A Igreja Católica e o Estado Novo Salazarista**. Lisboa: Edições 70, 2014.

STANLEY, J. **Facha: cómo funciona el fascismo y como há entrado en tu vida**. Barcelona: Blackie Books, 2019.

TELO, A. J. A obra financeira de Salazar: a «ditadura financeira» como caminho para a unidade política, 1928-1932. **Análise Social**, Lisboa: Universidade de Coimbra, v. XXIX, n. 128, 1994, p. 779-800, 1994. Disponível em: <https://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377734G3mJR3zd6Ys20EZ2.pdf>. Acesso em: 14 maio 2023.

VOLKENS, A. Manifesto research since 1979: from reliability to validity. *In*: LAVER, M. **Estimating the Policy Position of Political Actors**. London/New York: Routledge/ECPR, 2001.p. 33-49.

WHEELER, D. L. A Primeira República Portuguesa e a história. **Análise Social**, Lisboa: Universidade de Coimbra, v. XIV, n. 56, p. 865-87, 1978. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223989532S4yRL1eb3Cn44CL5.pdf>. Acesso em: 14 maio 2023.

### ***CRediT Author Statement***

---

**Reconhecimentos:** Núcleo de Política de Memória (NUPPOME) núcleo de pesquisa vinculado à Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

**Financiamento:** CAPES.

**Conflitos de interesse:** Não há conflitos de interesse

**Aprovação ética:** Não se aplica.

**Disponibilidade de dados e material:** Sim, materiais disponíveis no site do Chega, partido político português objeto de análise do artigo.

**Contribuições dos autores:** Bruno Gazalle Chavicioli: análise de conjuntura portuguesa, análise histórica e análise de dados. Rafael Alexandre Silveira: análise histórica, embasamento teórico e análise dos dados.

---

**Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.**  
Revisão, formatação, normalização e tradução.

